

**REGRAS INTERNAS RELATIVAS AOS
ESTÁGIOS
NO SECRETARIADO DO GRUPO PPE
NO PARLAMENTO EUROPEU**

Índice

Artigo 1.º: Disposições gerais	3
Artigo 2.º: Modalidades de estágios	3
Artigo 3.º: Condições de admissão	3
Artigo 4.º: Igualdade de oportunidades	4
Artigo 5.º: Proteção de dados pessoais.....	4
Artigo 6.º: Processo de admissão	4
Artigo 7.º: Duração dos estágios, datas e prazos de candidatura.....	5
Artigo 8.º: Documentos comprovativos a fornecer	5
Artigo 9.º: Orientador de estágio.....	6
Artigo 10.º: Obrigações gerais dos estagiários	6
Artigo 11.º: Contrato de estágio	7
Artigo 12.º: Direitos pecuniários	7
Artigo 13.º: Deslocações em serviço durante o estágio	7
Artigo 14.º: Seguro de acidentes e de doença	7
Artigo 15.º: Licenças	7
Artigo 16.º: Ausências por doença.....	8
Artigo 17.º: Termo e suspensão do estágio	8
Artigo 18.º: Litígios	8
Artigo 19.º: Entrada em vigor.....	8

Artigo 1.º: Disposições gerais¹

No intuito de promover um melhor conhecimento sobre a integração europeia e de contribuir para a educação e a formação profissional dos jovens europeus, o Grupo PPE proporciona a realização de estágios no seu secretariado.

Os estágios destinam-se também a propiciar aos titulares de diplomas universitários experiência de trabalho no seio de uma organização política, bem como um conhecimento prático das atividades do Grupo PPE e do Parlamento Europeu. Os estágios constituem uma oportunidade para adquirir experiência num ambiente internacional, multilingue e multicultural.

O montante necessário para cobrir os estágios é inscrito numa rubrica específica do orçamento anual do Grupo.

Artigo 2.º: Modalidades de estágios

O Grupo oferece as seguintes modalidades de estágios:

- 1) Estágios remunerados com a duração de cinco meses para cidadãos da UE, de países associados e de países candidatos à adesão². A título de exceção, um número limitado de nacionais de outros países pode beneficiar de um estágio.
- 2) Estágios não remunerados com a duração de três meses no máximo se o estágio for obrigatório no quadro do programa curricular universitário.
- 3) Estágios de formação com base num acordo entre o Grupo PPE e universidades, governos nacionais e organizações externas.

Artigo 3.º: Condições de admissão

Os candidatos a estágios remunerados devem³:

- 1) Ser nacionais de um Estado-Membro da União Europeia ou de um país associado ou candidato;
- 2) Ser titulares de um diploma universitário ou ter concluído três anos de estudo (pelo menos seis semestres) numa universidade ou num estabelecimento de ensino superior equiparado OU fornecer um certificado da universidade que ateste que o estágio é obrigatório no âmbito do programa curricular;

¹ Os estagiários selecionados pelos Deputados ao Parlamento Europeu e que exercem atividades nos seus gabinetes não podem ser considerados estagiários do Grupo, sendo, por conseguinte, abrangidos pelo âmbito de aplicação da regulamentação aprovada pela Mesa do Parlamento Europeu em 19 de abril de 2010.

² O número de estagiários de países terceiros não pode exceder 20% do número total de estagiários remunerados no ano de referência.

³ Podem ser aplicadas derrogações aos candidatos a estágios não remunerados ou a estágios de formação.

3) Possuir um conhecimento muito bom de duas línguas oficiais da UE, uma das quais deve ser uma das línguas de trabalho da UE, ou seja, inglês, francês ou alemão;

Os candidatos de países terceiros devem possuir um conhecimento muito bom de, pelo menos, uma das línguas de trabalho da UE;

4) Não ter beneficiado de um estágio remunerado nas instituições da UE nem ter exercido uma atividade profissional remunerada após a conclusão dos estudos.

Artigo 4.º: Igualdade de oportunidades

O Grupo PPE aplica uma política de igualdade de oportunidades e encoraja as candidaturas de jovens qualificados com deficiência que preencham os requisitos de elegibilidade constantes do artigo 3.º, excluindo toda e qualquer discriminação.

Artigo 5.º: Proteção de dados pessoais

O Grupo PPE garante que os dados pessoais dos candidatos são tratados de acordo com o disposto no Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados, nomeadamente no que respeita à confidencialidade e à segurança.

Artigo 6.º: Processo de admissão

1) As candidaturas a um estágio devem ser enviadas à Unidade de Recursos Humanos do Grupo, de acordo com o procedimento descrito na secção Carreiras, no sítio Web do Grupo PPE.

A admissibilidade das candidaturas é examinada com base nas condições definidas no artigo 3.º.

Todas as candidaturas elegíveis são apreciadas com base nas qualificações e capacidades dos candidatos e nas necessidades específicas dos serviços do Grupo pelo comité de seleção de estagiários.

Os candidatos são informados do resultado da sua candidatura e/ou da decisão do comité de seleção por notificação enviada para o endereço eletrónico indicado no formulário de candidatura.

2) A admissão a um estágio não confere ao candidato a qualidade de membro do pessoal do Grupo e não dá lugar a qualquer contratação por parte do Grupo.

Artigo 7.º: Duração dos estágios, datas e prazos de candidatura

1) A duração dos estágios remunerados é de cinco meses, sem possibilidade de renovação. Em casos devidamente justificados, o estágio pode ser concedido por um período inferior a cinco meses.

Períodos dos estágios remunerados e prazos de candidatura:

Período de estágio: fevereiro – junho	Período de estágio: setembro – janeiro
Prazo para a apresentação de candidaturas: 15 de dezembro (meia-noite)	Prazo para a apresentação de candidaturas: 15 de junho (meia-noite)

2) A duração e a data de início dos estágios não remunerados e dos estágios de formação são ajustadas em função das necessidades de serviço e/ou dos acordos bilaterais com universidades, governos nacionais e organizações externas.

Artigo 8.º: Documentos comprovativos a fornecer

Antes do início do estágio, os candidatos selecionados devem apresentar os seguintes documentos comprovativos:

- 1) Prova de nacionalidade (passaporte ou bilhete de identidade válidos);
- 2) Diploma de estudos universitários OU certificado que ateste que o candidato concluiu pelo menos seis semestres numa universidade OU atestado de uma universidade no qual se ateste que o estágio é obrigatório no quadro do programa curricular universitário;
- 3) Prova da competência linguística⁴;
- 4) Carta de recomendação de uma figura política local, regional, nacional ou europeia que seja membro da família partidária do PPE OU, no caso de um estágio não remunerado, uma recomendação universitária, OU, no caso de um estágio de formação, um certificado do estabelecimento de ensino superior ou das autoridades nacionais;
- 5) Certificado de registo criminal ou um certificado de boa conduta emitido há menos de seis meses;
- 6) Certificado de cobertura contra os riscos de doença; prova de seguro de doença;

⁴ Os conhecimentos linguísticos podem ser demonstrados pelo estudo de línguas a nível secundário ou universitário ou por um certificado oficial que ateste que a competência linguística corresponde, no mínimo, ao nível B2 do [QECR](#) (Quadro Europeu Comum de Referência).

Artigo 9.º: Orientador de estágio

- 1) Durante o período de estágio, os estagiários ficam sob a responsabilidade de um orientador de estágio.
- 2) O orientador de estágio elabora um plano de estágio e supervisiona os trabalhos do estagiário durante todo o período de estágio.
- 3) Cumpre-lhe informar os estagiários, no início do estágio, das tarefas e/ou dos projetos que lhes serão confiados.
- 4) O orientador de estágio deve prestar assistência aos estagiários durante o período de estágio e atuar na qualidade de mentor.
- 5) O orientador de estágio comunica sem demora à Unidade de Recursos Humanos todos os factos significativos ocorridos durante o estágio, nomeadamente ausências, doenças, acidentes, etc.
- 6) O orientador de estágio procede à avaliação do estágio, utilizando o formulário previsto para o efeito, e certifica o período efetivo de realização do mesmo e a conclusão das tarefas confiadas. A Unidade de Recursos Humanos conserva uma cópia desta avaliação.

Artigo 10.º: Obrigações gerais dos estagiários

- 1) Ao aceitar um estágio no Grupo PPE, o estagiário compromete-se a respeitar as regras internas do Grupo no que respeita ao horário de trabalho e às normas de segurança nas instalações do Parlamento Europeu.
- 2) Os estagiários devem obedecer às instruções do respetivo orientador de estágio ou da hierarquia do serviço/unidade a que estão adstritos, bem como às diretrizes administrativas da autoridade competente.
- 3) Os estagiários devem contribuir para o trabalho do serviço/unidade a que estão adstritos. O Grupo PPE é titular de todos os direitos relativos aos estudos ou outros trabalhos efetuados pelo estagiário no exercício das suas funções.
- 4) Os estagiários não estão autorizados a atuar ou a intervir em nome do Grupo. Só estão autorizados a utilizar o equipamento de escritório que lhes é atribuído (telefone, correio eletrónico e acesso Internet) para efeitos de exercício das funções que lhes são confiadas durante o estágio.
- 5) Os estagiários devem respeitar a máxima discrição relativamente a informações de que venham a ter conhecimento durante o estágio. Os estagiários não divulgam a pessoas não autorizadas documentos ou informações que não tenham sido tornados públicos sem acordo prévio do orientador. O Grupo reserva-se o direito de pôr termo ao estágio se a obrigação de confidencialidade referida não for observada. Esta obrigação mantém-se mesmo após a cessação do estágio.

Artigo 11.º: Contrato de estágio

Os candidatos selecionados que aceitem realizar um estágio no Grupo PPE devem assinar um contrato-tipo de estágio, antes do início do mesmo, tendo em vista confirmar que respeitam as obrigações gerais dos estagiários consagradas no artigo 10.º.

Artigo 12.º: Direitos pecuniários

1) Os estagiários recebem uma bolsa mensal de 1300€ Este montante pode ser objeto de atualização por decisão da autoridade competente do Grupo.

2) A bolsa paga pelo Grupo PPE não está sujeita ao regime fiscal aplicável aos funcionários e outros agentes da União Europeia. Os estagiários são responsáveis pelo pagamento de quaisquer impostos devidos em relação à bolsa de estágio que auferem de acordo com o regime fiscal do país de origem.

Artigo 13.º: Deslocações em serviço durante o estágio

Durante o estágio, os estagiários podem ter se se deslocar, por razões de serviço, uma ou duas vezes a Estrasburgo, consoante a duração do estágio, as necessidades de serviço e a disponibilidade orçamental.

As deslocações em serviço realizadas pelos estagiários são organizadas pela Unidade de Recursos Humanos em função das necessidades de serviço e são autorizadas pelo Secretário-Geral. Os estagiários que realizem deslocações de serviço têm direito a um pagamento fixo destinado a cobrir as despesas de deslocação e de alojamento.

Artigo 14.º: Seguro de acidentes e de doença

O estagiário deve estar coberto contra os riscos de doença durante todo o período de estágio.

Antes do início do estágio, o estagiário deve apresentar provas de que se encontra coberto por um regime de cobertura de risco de doença.

O Grupo contrai, a favor do estagiário, um seguro contra riscos de acidente durante o estágio.

Artigo 15.º: Licenças

Os estagiários têm direito a dois dias de férias por cada mês de estágio efetuado. Este direito é adquirido proporcionalmente ao número de meses completos prestados. O orientador de estágio é responsável pelo deferimento dos pedidos de férias. Os dias de férias não gozados não são reembolsados. As ausências não justificadas podem levar à suspensão do estágio.

Além disso, o estagiário tem direito aos feriados oficiais incluídos na lista de feriados e de dias de encerramento do Parlamento Europeu, contanto que ocorram durante o seu período de estágio.

Artigo 16.º: Ausências por doença

Em caso de doença, o estagiário deve informar imediatamente o orientador de estágio, que subsequentemente comunica este facto à Unidade de Recursos Humanos.

Se a ausência for superior a três dias consecutivos, deve enviar um atestado médico à Unidade de Recursos Humanos. Em todo o caso, o máximo de ausências por doença sem atestado médico durante todo o período de estágio é de um dia por mês.

Artigo 17.º: Termo e suspensão do estágio

O estágio termina uma vez expirado o período para o qual foi concedido.

Um estágio pode ser suspenso por decisão do Secretário-Geral do Grupo a pedido do estagiário, do orientador de estágio e de outras autoridades competentes por razões devidamente justificadas.

Artigo 18.º: Litígios

O Secretário-Geral do Grupo decide dos litígios resultantes da aplicação das presentes regras.

Artigo 19.º: Entrada em vigor

As presentes regras entram em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Bruxelas, 22 de dezembro de 2015

Martin KAMP
Secretário-Geral